

Cantanhede

REGIÃO DAS BEIRAS

Novo preçário da Inova entrou em vigor no dia 1



A empresa mantém a tarifa social para os mais carenciados

NOVIDADES A Inova acabou com a cobrança dos custos associados à instalação de ramais domiciliários, com extensão igual ou inferior a 20 metros, para ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento, a partir de condutas já existentes.

Esta é a principal novidade do preçário em vigor desde o passado dia 1 de Janeiro, na sequência da sua aprovação pela entidade titular do serviço, o município de Cantanhede, nos termos de uma política de preços que segue as recomendações tarifárias da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

É assim que, no concelho de Cantanhede, um utilizador doméstico com um perfil de consumo de 10 m³ água por mês deverá ter encargos médios mensais de 17,59 euros pelos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, quando a média nacional em 2015, a última que se conhece, foi de 23,33 euros.

Entretanto, continuam a vigorar os benefícios da tarifa social para os mais carenciados, nomeadamente a isenção das taxas fixas e o alargamento do volume de água facturada no primeiro escalão, que é de 15 m³ e não de 5 m³ como acontece na tarifa normal, o que

pode representar descontos de aproximadamente 50% nos consumos da ordem dos 10 m³.

Por outro lado, mantém-se também a Tarifa de Famílias Numerosas, traduzida no alargamento do volume facturada em cada um dos escalões. Neste caso, o benefício é para os agregados familiares superiores a quatro elementos, que recebem uma bonificação de 3 m³ de água por cada elemento a mais que esse número base, ou seja, o escalão de consumo aumenta dos 5 m³ para os 8 m³, passando para os 11 m³ se forem mais dois elementos, e assim sucessivamente.

Recorde-se, a propósito, que o tarifário da água no município de Cantanhede foi considerado recentemente amigo das famílias numerosas pela Associação Portuguesa das Famílias Numerosas, que destaca o preço praticado pela empresa municipal Inova como um dos melhores no índice de equidade.

Dos 308 municípios avaliados, o preço da água em Cantanhede surge em 1.º lugar a nível distrital e na 7.ª posição no ranking nacional, o que decorre de uma política de preços que não penaliza os maiores agregados familiares, mesmo considerando que o seu padrão de consumo tende a ser maior e portanto a situar-se em escalões com tarifário mais caro.

Igreja de Outil recebe Encontro de Coros

19 DE FEVEREIRO O I Encontro de Coros "Pedras de Canto" vai decorrer, no dia 19 de Fevereiro, às 16h00, na Igreja Matriz de Santa Maria Madalena de Outil.

Além do Coro Vox Caeli, de Cantanhede, que organiza o encontro, o espectáculo vai

contar, ainda, com as actuações do Coro Polyphonic João Rodrigues de Deus, de Penela, e do Coro Vozes de Montemor.

Trata-se de um evento de carácter solidário cujos donativos revertem para as obras de requalificação da Casa Paroquial de Outil.

Municípios querem definir descentralização

Competências A Associação Nacional dos Municípios Portugueses pretende que a legislação esteja concluída no Verão, antes da época eleitoral



O conselho directivo da ANMP esteve reunido, ontem, em Cantanhede, no Biocant Park

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) disse, ontem, que a legislação sobre a descentralização de competências deve estar concluída no Verão e explicou concordar com o Presidente da República, que defendeu um acordo de regime nessa matéria.

«Não só achamos que é exequível, como é desejável, e aí acompanhamos a preocupação manifestada pelo senhor Presidente da República. É desejável que este processo fique consolidado, de preferência até meados deste ano, para depois não haver equívocos face à época eleitoral [autárquica] imediatamente a seguir», disse, ontem, aos jornalistas Manuel Machado, presidente da ANMP.

Em declarações no final da reunião do conselho directivo da ANMP, que decorreu em Cantanhede, no Biocant Park, e que teve na nova lei da descentralização de competências um dos temas em debate, Manuel Machado frisou que «há condições» para cumprir aquela data, desde que os grupos de trabalho designados para analisar os

vários sectores-alvo de descentralização apresentem os seus relatórios para permitir que o processo legislativo avance.

O Presidente da República apelou na sexta-feira aos partidos para que rapidamente cheguem a um «acordo de regime» para aprovar legislação que «leve mais longe o sonho do poder local democrático» e reforce a descentralização. Marcelo Rebelo de Sousa, que falava durante um encontro com centenas de presidentes de junta de freguesia de todo o

país, na Aula Magna da Universidade de Lisboa, defendeu que «não fará sentido deixar para a véspera das eleições a aprovação de legislação autárquica».

Manuel Machado defendeu ainda que após a definição da «lei chapéu» que vai estruturar o processo global de descentralização de competências da administração central para a administração local, a transferência efectiva dessas competências - nas áreas da educação, ensino e formação profissional, acção social, saúde, pro-

Exigência de licenciatura contestada

A ANMP manifestou-se contra a exigência do grau mínimo de licenciatura para os candidatos às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que passarão a ser eleitos pelos autarcas. «Não nos parece adequado», afirmou, ontem, em Cantanhede, Manuel Machado. A proposta consta de um documento de trabalho que está a ser analisado pela ANMP sobre a chamada «democratização» da governação das CCDR.

tecção civil, cultura, património, habitação, áreas portuárias que podem ser afectas ao desenvolvimento turístico ou a gestão territorial, entre outras - deve ser antecipada em cerca de dois anos, ou seja, de 2021 para 2019.

«Não é necessário delongá-la até 2021, pode ser antecipada, tem de ser universal e, sobretudo, tem de ser exacta e clara na atribuição das missões, das tarefas, das funções, bem como dos respectivos encargos», frisou o presidente da ANMP.

Contratação de pessoal na lista de condições dos autarcas

Manuel Machado exigiu, também, que as autarquias possam contratar novos quadros no âmbito da descentralização de competências, alegando que os recursos humanos da administração pública «estão envelhecidos». O presidente da ANMP revelou que o projecto de lei que está a ser discutido com o Governo «prevê a transferência» de funcionários dos serviços a

descentralizar, em áreas como a saúde ou educação, entre outras, mas isso «não é suficiente». «Os recursos humanos da administração pública em geral estão envelhecidos. Não estamos disponíveis para receber apenas aqueles que a administração central queira centrifugar para os municípios», frisou Manuel Machado, acrescentando que os municí-

pios assumem a responsabilidade de gerir novas atribuições e competências «na condição de poderem decidir organizar os serviços e recrutar as pessoas adequadas para o desempenho [dessas funções]». «E não ficar apenas com aqueles que a administração central queira centrifugar ou alocar a essas transferências. Isso não será suficiente», reafirmou Manuel Machado.